

MOBILIZAR É PRECISO!

Salariômetro aponta: Você já perdeu, pelo menos, R\$ 50 mil em 4 anos!

E não é só: o 13º salário ainda é uma incógnita, a crise de financiamento das universidades persiste, e os professores já sentem as ameaças da onda conservadora que inunda o país

13/12 (quinta-feira): dia de duas atividades importantes em SP

Solidárias com a situação dos servidores docentes e técnico-administrativos estatutários da Unesp, ameaçados de não receber o 13º salário neste ano, as entidades que compõem o Fórum das Seis estão convocando um **ato estadual unificado para 13/12/2018**, dia em que acontece uma reunião do Conselho Universitário (CO) da Unesp. No mesmo dia, na sequência, em torno das 11h30, faremos um ato/debate na Alesp (veja os detalhes dos dois eventos a seguir).

Para debater a conjuntura e organizar a participação neste dia (paralisação nas unidades e presença em São Paulo), a Adunesp indicou às suas subseções e representantes de base que convoquem assembleias até o dia 10/12.

- 8h30, EM FRENTE À REITORIA DA UNESP - “Ato estadual unificado em defesa do 13º salário para todos”. Neste dia, haverá reunião do Conselho Universitário.

- 11h30, NA ALESP (AUDITÓRIO PAULO KOBAYASHI) - Ato debate “As universidades e a construção das liberdades democráticas”, com exposições sobre:

- Os 50 anos do AI5;
- Os 30 anos da Constituição de 1988;
- Os 30 anos da autonomia universitária das estaduais paulistas.



Acompanhe nesta edição

Esta edição especial do boletim **Adunesp viaNET** traz informações e estudos para subsidiar os debates nas assembleias de base:

- I - Arrocho salarial:** Cada docente acumula perda de R\$ 50 mil em quatro anos. Veja onde você entra nessa conta – Pág. 2
- II - Incógnita sobre o 13º salário permanece:** Alguns números importantes – Pág. 3
- III - “Diálogos sobre a Universidade” e pacote de reformas** – Pág. 4
- IV - A Alesp e o financiamento das universidades estaduais paulistas** – Pág. 4
- V - Atividade docente em tempos de cólera:** Ofício à Reitoria da Unesp e outras iniciativas – Pág. 5

I-Salariômetro comprova: perda já bate nos R\$ 50 mil

Ao calcular as perdas salariais de um professor Assistente Doutor na Unesp, tendo como base a inflação medida pelo ICV/DIEESE, no período maio/2015 a outubro/2018, a Adunesp constatou um prejuízo acumulado de, no mínimo, R\$ 49.928,35! Se o seu salário está numa faixa superior, você pode ver exatamente quanto perdeu multiplicando-o por 4,748.

Quer saber como chegamos a isso e como foram feitos estes cálculos? Continue a ler.

O salário bruto de um professor Assistente Doutor na Unesp em abril de 2015 era R\$ 9.663,03. Caso fosse reajustado em maio daquele ano pelo ICV-DIEESE, o novo salário desta categoria deveria ser R\$ 10.469,86. No entanto, o Cruesp concedeu um reajuste de 4% em maio e de mais 3,09% em outubro, perfazendo 7,21%, que foi o índice FIPE para o período de maio de 2014 a abril de 2015. Com essas correções, os novos valores desse salário passaram a ser, respectivamente, R\$ 10.049,62 e R\$ 10.360,07. Portanto, tomando como referência o índice inflacionário medido pelo ICV-DIEESE, no período que vai de maio de 2015 a setembro de 2015, deixamos de receber, mensalmente, R\$ 420,24 e nos meses de outubro a dezembro deste ano, incluindo o 13º salário, a diferença mensal foi de R\$ 109,79, valor que se manteve até abril de 2016.

Na data-base de 2016, o Cruesp deliberou reajustar os salários das três universidades públicas paulistas em 3%, ressalvando, no entanto, que a Unesp não dispunha de recursos naquele momento para arcar com o reajuste, e o faria quando pudesse. O resultado concreto disto é que nós não tivemos reajuste salarial em maio de 2016, enquanto que a USP e a Unicamp tiveram os 3%. Caso nossos salários fossem reajustados pela inflação medida pelo ICV-DIEESE no período que vai de maio de 2015 a abril de 2016, o sa-



lário bruto de um professor Assistente Doutor, em maio de 2016 deveria ser de R\$ 11.446,38, mas essa categoria continuou recebendo R\$ 10.360,07 até abril de 2017. Isso corresponde a uma diferença mensal de R\$ 1.086,31 de maio de 2016 a abril de 2017.

Acontece que, em maio de 2017, também não tivemos reajuste e, portanto, acumulamos mais um ano de perdas. Para calculá-las, utilizaremos a mesma sistemática dos períodos

anteriores. Considerando a inflação medida pelo ICV-DIEESE de maio de 2017 a abril de 2018, o salário corrigido de um professor Assistente Doutor deveria ser R\$ 11.819,66 em maio de 2018, mas a Unesp continuou pagando os mesmos R\$ 10.360,07 que já vínhamos recebendo desde outubro de 2015. Assim, nossa perda mensal passou a ser de R\$ 1.459,59 de maio de 2017 a abril de 2018.

Em 2018, depois de muita luta, com greves, manifestações e paralisações em diversos *campi*, o Cruesp nos concedeu um reajuste de 1,5%, o que elevou o salário de professor Assistente Doutor para R\$ 10.515,42 na Unesp. Se esse salário fosse reajustado pela inflação medida pelo ICV-DIEESE no período que vai de maio de 2017 a abril de 2018, ele deveria ser de R\$ 12.331,60, o que resulta numa perda mensal de R\$ 1.816,18 de maio a novembro deste ano.

Cada uma das perdas mensais foi corrigida pela inflação medida pelo ICV-DIEESE desde o momento em que ocorreu até outubro de 2018. Tomemos, por exemplo, a perda correspondente a maio de 2015 que, conforme já foi mostrado acima, é de R\$ 420,24. Corroída pela inflação deste mês, que foi de 0,57%, corresponde a R\$ 422,63 no mês seguinte. Esse valor é novamente corrigido com a inflação do próximo mês, e assim vai sendo feito até outubro de 2018.

Com essa sistemática, o montante calculado

Parâmetros de perdas salariais de maio de 2015 a novembro de 2018

ÍNDICE	REAJUSTE NECESSÁRIO EM NOVEMBRO/2018	PERDA DE UM PROFESSOR ASSISTENTE DOUTOR	FATOR*
IPC-FIPE	17,02%	R\$ 46.220,86	4,395
ICV-DIEESE	18,60%	R\$ 49.928,35	4,748

* Se você quer calcular suas perdas, basta multiplicar o salário bruto atual pelo fator indicado.

das perdas de um professor Assistente Doutor, desde maio de 2015 até outubro de 2018, é de R\$ 49.928,35, e decorre do fato de que os nossos salários não foram corrigidos pela inflação neste período.

Para obter esses resultados, conforme já foi dito, a referência é a inflação medida pelo ICV-DIEESE. Para o cálculo do valor dos salários nas respectivas datas-base, calculamos o salário de maio do ano anterior, corrigido mês a mês por esse índice, até abril do ano seguinte.

Para calcular as perdas, fizemos dois procedimentos:

- O primeiro foi determiná-las mês a mês durante o período correspondente a um ano (maio do ano anterior a abril do ano seguinte), subtraindo o valor atualizado do salário naquele ano do valor corrigido anualmente pelo ICV-DIEESE (essa diferença, em geral, mantém-se constante durante um ano).

- O segundo consiste em tomar os valores das diferenças em cada mês e deflacioná-las para outubro de 2018 e, então, somá-las todas. Quanto às perdas relativas ao 13º salário de cada ano, como ele é pago em datas diferentes para servidores estatutários e celetistas, as perdas foram deflacionadas somente a partir de janeiro do ano seguinte ao que foram pagas. Isso significa que essas perdas estão subdimensionadas. Outra questão a ser considerada é que os nossos sa-

lários permanecem invariáveis durante um ano, o que acarreta perdas adicionais devido à inflação mensal, e essas perdas também não foram computadas.

Conclui-se, então, que R\$ 49.928,35 é um valor subestimado das perdas que sofreu o salário de um professor Assistente Doutor desde maio de 2015 até outubro de 2018. A perda total para um dado salário é proporcional ao seu valor, portanto, se alguém que recebe um salário diferente daquele do professor Assistente Doutor quiser estimar suas perdas, deve multiplicar o seu salário atual por 4,748 (que é o resultado da divisão de R\$ 49.928,35 por R\$ 10.515,42). Outro resultado importante é que, para reconstituir o poder de compra dos nossos salários neste mês de novembro/2018, precisaríamos de um reajuste de 18,6%.

Se utilizarmos como referência para medida a inflação o IPC-FIPE, que é o índice historicamente utilizado pelo Cruesp, chegaremos a resultados da mesma ordem de grandeza desses que apresentamos inicialmente. A estimativa (subestimada) do total de perdas no período que começa em maio de 2015 e vai até outubro de 2018 é R\$ 46.220,86, e o fator de conversão para a estimativa de perda de um salário diferente daquele de professor assistente doutor é 4,395. O reajuste, em novembro, teria que ser de 17,02%. Esses resultados são mostrados na tabela da página anterior.

II – 13º salário dos estatutários

Já que estamos falando de perdas, vejamos como está a novela do 13º salário de 2018. Em seus informativos divulgados em todas as reuniões do Conselho Universitário, a Reitoria tem apresentado uma planilha em que constam os dados da folha de pagamento cheia. Isso quer dizer que o provisionamento do 13º salário está incluído nela. Como a última planilha data de outubro, isto significa que já teríamos arrecadado 10/12 do valor correspondente à folha de pagamento do 13º salário deste ano, faltando apenas 2/12 para completá-la.

Considerando que na última planilha do Cruesp, relativa a outubro/2018, estão anotados sob o título “% DA FOLHA DE PAGAMENTO BRUTA - % DA FOLHA DE PAGAMENTO SOBRE AS LIBERAÇÕES FINANCEIRAS” respectivamente 85,30% e 85,59% para o comprometimento da Unesp com a folha de pagamento nos meses de setembro e outubro, isto indica, dada a evolução da arrecadação do ICMS, que será possível completar os recursos necessários para o pagamento do 13º salário.

A questão que se coloca para a comunidade é se esse provisionamento pode estar sendo utilizado



em outras rubricas, como, por exemplo, o custeio das unidades.

Caso não nos mobilizemos, o último capítulo desta novela, a ser exibido até 20 de dezembro próximo, corre o risco de ser igual ao do ano passado, ou seja, os servidores estatutários poderão ficar sem o seu décimo terceiro salário neste ano de 2018.

III – “Diálogos sobre a Universidade” e o pacote de reformas

No dia 22/11/2018, a Reitoria da Unesp promoveu o evento “**Diálogos sobre a Universidade Pública**”, para o qual foram convidados todos os membros do Conselho Universitário, CEPE e CADE. Conforme consta no seu folder, o objetivo geral do evento era “promover um diálogo sobre os desafios e o papel da universidade pública, com convidados externos, internos e comunidade acadêmica”. Foram montadas quatro mesas com os seguintes temas: “Universidade Pública: a urgência de se reinventar”; “A missão da Universidade em um mundo em transformação”; “Financiamento da Universidade Pública” e “Modelos inovadores de gestão na Universidade Pública”.

O “diálogo” circunscreveu-se às pessoas que compuseram as mesas, com exceção de umas poucas perguntas franqueadas à plateia, sob o olhar vigilante do Secretário Geral da Unesp, que chegou a contestar o teor de uma delas dirigida aos componentes da terceira mesa. Assim, fica a impressão, para dizer o menos, de que o objetivo do evento passou ao largo dele. Absolutamente, não houve diálogo com a comunidade acadêmica. Houve, sim, um conjunto de falas, que salvo algumas raras e honrosas exceções, serviram claramente para corroborar o discurso subjacente ao pacote de medidas propostas pela Reitoria, que falam em “reinventar a universidade”, modificar o conceito de aula, intensificar o uso das TI (tecnologias da informação) nas propostas didáticas, com ênfase ao ensino à distância, conferir um viés empresarial a



muitos aspectos das atividades desenvolvidas pela Universidade, “racionalizar” a administração da instituição tendo como modelo as organizações empresariais, buscar “novas” fontes de recursos, por meio de financiamentos privados e venda de serviços.

A maioria das falas estava sintonizada com o “novo” modelo de universidade explici-

tado no pacote de reformas reitorais. O evento, certamente, será utilizado pela Reitoria para reforçar o caráter de extemporaneidade e obsolescência que o texto do pacote de reformas atribui ao modelo de Universidade vigente, ao mesmo tempo em que aponta quais são as mudanças necessárias para a construção da assim denominada, em algumas falas reitorais, “universidade do século XXI”, e para construir um cenário para tentar convencer a comunidade universitária de que o pacote foi amplamente discutido com ela. Mas isso, evidentemente, não está acontecendo.

A esta altura, é interessante e reveladora a leitura do documento elaborado pelo Departamento de Educação da Faculdade de Ciências de Bauru que, didaticamente, mostra o que o texto da Reitoria, de fato, pretende. Há, ainda, o documento da Adunesp sobre a reforma acadêmica, também uma contribuição importante para a compreensão das propostas da Reitoria e do “novo” modelo de universidade implícito no pacote de reformas. Estes documentos estão no stie da Adunesp

IV – A Alesp e o financiamento das universidades públicas paulistas

Com já foi amplamente divulgado, este foi um ano atípico no que se refere à apreciação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp).

A tramitação tem o seguinte ritual: o governador manda à Alesp a mensagem orçamentária para o ano seguinte. Essa mensagem é encaminhada para a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) da casa, que nomeia um relator para a mensagem do governador. O texto elaborado pelo relator, com as eventuais emendas acolhidas e/ou modificações propostas por ele, é submetida à CFOP. Uma vez

aprovado esse texto, ele é enviado para votação no plenário da Alesp, onde o seu regimento estabelece prazos para discussão e votação da proposta.

Em condições normais de pressão e temperatura, esse processo todo é concluído, no mais tardar, na primeira semana de julho. Caso a mensagem do governador não seja apreciada no tempo regimental pela CFOP, com a aprovação do texto elaborado pelo relator, e foi o que aconteceu neste ano, a mensagem do governador é automaticamente encaminhada para o rito de votação no plenário da Alesp.

A intensa disputa política em torno das candi-

daturas de Márcio França e João Dória para o governo estadual gerou muita tensão entre grandes grupos de deputados, o que inviabilizou a construção de um texto de consenso na COFP que, embora tenha convocado inúmeras reuniões durante o mês de julho, não conseguiu quórum mínimo para votar o texto do relator. Com isso, foi esgotado o prazo regimental para a apreciação da mensagem orçamentária do governador pela CFOP, e ela, então, foi encaminhada ao plenário da Alesp.

O Fórum das Seis esteve presente durante todo esse processo, conversando com os líderes e com deputados de todos os partidos, e compareceu a todas as reuniões convocadas pela presidência da CFOP (que acabaram não acontecendo por ausência dos deputados). O Fórum das Seis também foi recebendo algumas vezes nas reuniões do Colégio de Líderes da Alesp para defender as emendas de interesse das universidades e do Centro Paula Souza.

É preciso que a comunidade saiba que nenhum dos reitores foi visto nesse período na Alesp, e nem há notícia de qualquer iniciativa mais contundente do Cuesp. Ao que se sabe, os reitores limitaram-se a mandar um ofício ao presidente da

CFOP, deputado Wellington Moura, com a sua proposta de emenda, reivindicando 9,95% do ICMS/Quota-parte do estado para as universidades - depois de vencido o prazo para isso - e não pronunciaram nenhuma palavra sobre a insuficiência financeira.

O estado atual da arte é o seguinte: a mensagem do governador contendo a peça orçamentária já foi enviada ao plenário da Alesp e já se esgotou o prazo para discussões, resultado de uma manobra rápida realizada pela presidência da casa no dia 21/11/2018. É provável que seja votada nos próximos dias (final de novembro ou início de dezembro).

Também tramita na Alesp a Lei Orçamentária do Estado de São Paulo (LO) que, com base na projeção da arrecadação de impostos em 2019, aloca os recursos, em reais, para os itens aprovados na LDO. Trata-se de um momento em que vale a pena pressionar para mais recursos para as universidades e para o Centro Paula Souza, que possam ir além do mínimo estipulado pela LDO.

Por esse motivo, mesmo com o risco de que já tenha sido votada a LDO, o Fórum das Seis mantém a audiência pública sobre o financiamento das universidades públicas paulistas e do Centro Paula Souza para o dia ww/ee/rr, mesmo que até lá a LDO já tenha sido aprovada.



V – A atividade docente em tempos de cólera

Tivemos eleição de um presidente da República e de um governador que são alinhados, entre outras coisas igualmente lamentáveis, com o movimento “Escola sem Partido”, que pretende controlar os conteúdos ministrados em sala de aula, inclusive por meio de recursos claramente caracterizados como assédio



moral, convidando nossos estudantes a uma escalada de denunciamento contra professores. Segundo porta-vozes desse movimento, os docentes estariam utilizando a sala de aula como local de doutrinação ideológica da juventude. Esse mesmo grupo também preconiza a existência do que denomina “ideologia de gênero”, que está assentada em um enorme conjunto de “fake news”, que vêm sendo inflacionariamente disparados desde os meses que precederam as eleições.

Muitos eleitores e apoiadores dos candidatos vencedores têm desencadeado ações de constrangimento de docentes e discentes em universidades públicas paulistas. Vide, por exemplo, algumas manifestações desses grupos na USP e em diversas universidades e escolas públicas e privadas.

Diante dessa situação, a última Plenária Estadual da Adunesp, realizada em São José do Rio Preto, em 7/11/2018, deliberou que fossem tomadas várias medidas visando a proteção de quem eventualmente seja vítima de qualquer tentativa de intimidação

oriunda desses grupos ultra-conservadores adeptos da corrente “Escola sem Partido”. Entre elas, está a publicização da legislação que respalda a atividade docente em sala de aula, a disponibilização de um formulário online para que sejam reportados à Adunesp casos de assédio, a distribuição de cartilhas explicando as atitudes que devem ser tomadas se, e quando isso acontecer, o envio ao Reitor da Unesp de ofício (*ao lado*) convidando-o a manifestar-se publicamente contra o projeto “Escola sem Partido” e comprometendo-se a resguardar, de todas as formas ao seu alcance, a liberdade de cátedra e o direito à livre manifestação de ideias em nossa Universidade.

Também foi deliberada na última Plenária Estadual da Adunesp a recomendação de que a diretoria da Adunesp Central, as diretorias das subseções locais e os representantes docentes envidem esforços no sentido de estabelecer contato com outros sindicatos docentes para a troca de informações e a construção de redes de proteção. Também foi recomendado que se busque uma aproximação com sindicatos de outras categorias, com movimentos sociais e associações de bairro, com os movimentos identitários (negro, feminista, LGBT e outros) dentro e fora da Universidade, para o estabelecimento de um diálogo com essas forças sociais e lutar pela preservação da universidade pública e das liberdades democráticas garantidas pela Constituição de 1988.



Associação dos Docentes da UNESP

Ofício ADUNESP 19/2018

São Paulo, 22 de novembro de 2018.

**Ilmo. Prof. Dr. Sandro Valentini,
Magnífico Reitor da Unesp.**

Como certamente é do vosso conhecimento, muitas universidades públicas foram alvo de ações truculentas de agentes estatais logo após o término do primeiro turno das eleições. Espaços destinados a organizações estudantis e sindicatos de docentes no interior dessas instituições foram invadidos e materiais foram apreendidos, sendo violadas garantias de livre expressão e manifestação, consagradas na Constituição de 1988. Rapidamente, o Supremo Tribunal Federal, instado a se manifestar, condenou essas ações, tornando-as sem efeito. Por outro lado, tivemos a eleição de um presidente da República e de um governador que são alinhados, entre outras coisas igualmente lamentáveis, com o movimento “Escola sem Partido”, que pretende controlar os conteúdos ministrados em sala de aula. Para isso, querem usar recursos claramente caracterizados como assédio moral, convidando nossos estudantes a uma escalada de denúncias contra professores que, segundo esse movimento, estariam utilizando a sala de aula como local de doutrinação ideológica da juventude. Esse mesmo grupo também preconiza a existência do que denomina “ideologia de gênero”, que está assentada em um enorme conjunto de “fake news”, inflacionariamente disparados durante os meses que precederam as eleições.

Muitos eleitores e apoiadores dos candidatos vencedores têm desencadeado ações de constrangimento de docentes e discentes em universidades públicas paulistas. Vide, por exemplo, algumas manifestações desses grupos na USP, que foram prontamente rechaçadas pelo reitor Vahan Agopyan, que defendeu publicamente a universidade que dirige, dispondo-se a garantir a liberdade de cátedra e a livre expressão de ideias no seio da comunidade universitária, declarando, inclusive, que a “Escola sem Partido” não entra na USP. Manifestações de semelhante teor também foram proferidas pelo reitor da Unicamp, Marcelo Knobel.

A comunidade unespiana, representada na última Plenária Estadual da Adunesp, realizada em São José do Rio Preto, em 7/11/2018, solicitou, e este é o objeto deste ofício, que o reitor da Unesp fosse convidado também a se manifestar publicamente contra o projeto “Escola sem Partido” e a repudiar tentativas de intimidação oriundas desses grupos ultra-conservadores, de modo a resguardar de todas as formas ao seu alcance a liberdade de cátedra e o direito à livre manifestação de ideias em nossa Universidade. A avaliação da Plenária é que um pronunciamento da Reitoria da Unesp neste sentido, assim como ocorreu com o manifesto do CO em defesa da democracia, pouco antes do segundo turno das eleições, certamente fortalecerá a autonomia universitária e a comunidade acadêmica neste momento.

Sem mais para o momento, apresento protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

João da Costa Chaves Júnior
Presidente da Adunesp



Entidades criam comitê paulista

Em 22/11/2018, a Adunesp participou de um encontro que reuniu cerca de 60 pessoas, representando mais de 20 organizações de professores do estado de São Paulo. A reunião, convocada pela Adusp, aconteceu na Faculdade de Direito da USP, em São Paulo, com o objetivo de criar uma mobilização unitária contra o projeto “Escola sem Partido”. Entre os encaminhamentos, estão a criação de um comitê paulista permanente e a redação de um manifesto em defesa dos professores, a ser lançado numa plenária em 6/12, às 18 horas, no auditório da Apeoesp.